



ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

**ATIVISMO CIGANO: DISCUTINDO AÇÕES E CONTEXTOS
A PARTIR DA COMUNIDADE CIGANA DE CONDADO (PB)
NO PROCESSO DE (RE)CONSTRUÇÃO DE SUA IDENTIDADE ÉTNICA**

Jamilly Rodrigues da Cunha¹

Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO

Sabemos que no Brasil, a questão da formação do povo que deveria corresponder à Nação foi sempre um ponto valorizado e discutido. Podemos dizer que a antropologia que aqui se constituiu, em grande medida seguindo as marcas dos grandes centros, assumiu como seu foco os chamados grupos em pequena escala ou “alheios ao mundo civilizado”. No entanto, sobretudo, na antropologia que foi desenvolvida ao longo do século XX tivemos como objetos privilegiados os indígenas (identificados inicialmente como grupos e hoje assumidos enquanto povos) e, só mais recentemente, as comunidades negras e outros tantos grupos (quebradeiras de coco babaçu, imigrantes, judeus e etc.), que assim como os indígenas, também estavam emergindo socialmente e etnicamente, enfrentando os mais variados processos sociais/políticos e demandando reconhecimento por parte

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: jamillycunhaantropologia@gmail.com

do Estado. À parte dessas discussões, as comunidades ciganas, num movimento extremamente atual, têm reivindicado o direito de participar das discussões geradas a partir da Constituição Federal de 1988. Tal cenário tem reverberado nas famílias e/ou grupos ciganos que vivem na Paraíba, e gerado uma performatização de sua(s) "ciganidade(s)" - termo utilizado pelos próprios atores. Desse modo, este artigo tem por objetivo discutir o processo de (re)construção da identidade cigana mediante o Estado brasileiro e o contexto social no qual estes grupos estão inseridos. Neste caso, a discussão se dá a partir do estudo que venho realizando na comunidade cigana que vive na cidade de Condado, sertão da Paraíba. Pois que é justamente a partir das dinâmicas existentes no local, que é possível perceber um processo de ativação da identidade coletiva do grupo, bem como a existência de uma rede de caráter nacional de agentes políticos ciganos.

PALAVRAS-CHAVE: Etnicidade. Ciganos. Minorias étnicas. Identidade Coletiva.

**GYPSY ACTIVISM: DISCUSSING ACTIONS AND CONTEXTS
FROM THE ROMA COMMUNITY IN CONDADO (PB)
IN THE (RE) CONSTRUCTION OF THEIR ETHNIC IDENTITY**

ABSTRACT

We know that in Brazil, the issue of people education which should match the Nation has always been a valued point and discussed. We can say that anthropology which here consisted largely following the marks of the great centers, took as its focus the so-called small-scale groups or "unrelated to the civilized world." However, especially in anthropology that has been developed throughout the twentieth century we had as indigenous privileged objects (initially identified as groups and assumed today as people) and, only recently, black communities and as many groups (babassu coconut breakers , immigrants, Jews, etc.), so as indigenous, were also emerging socially and ethnically, facing the most varied social processes / politicians and demanding

recognition by the State. Aside from these discussions, the Roma, an extreme current movement, have claimed the right to participate in the discussions generated from the Federal Constitution of 1988. Such a scenario has reverberated in families and / or Roma groups living in Paraíba, and spawned a performance of their "ciganidade" - term used by the actors themselves. Thus, this article aims at discussing the process of (re) construction of Gypsy identity by the Brazilian state and the social context in which these groups are inserted. In this case, the discussion starts from the study I have accomplished in the Roma community living in the town of Condado, Sertão region of Paraíba. For this reason, it is precisely from the existing dynamic in place, that is possible to realize an activation process of collective group identity as well as the existence of a national network of Gypsies political agents.

KEYWORDS: Race. Gypsies. Ethnic minorities. Collective identity.

Apesar da ainda carência de estudos sobre ciganos no Brasil, temos assistido a apresentação de diversos trabalhos de cunho etnográfico, no qual se revelam contextos e cenários bastante particulares com relação a manutenção da identidade cultural desses grupos. Pensando o cenário paraibano, há uma certa recorrência de pesquisas realizadas com os ciganos que estão em Sousa-PB, para isso podemos apontar algumas razões: os indivíduos que ali vivem são reconhecidos pelo Ministério Público Federal como a maior comunidade cigana sedentarizada do Brasil, o que pode ter desafiado os pesquisadores uma discussão sobre a dinâmica implícita neste processo de fixação, além disso, é sede de um Centro de Tradição cigana, único do Brasil. Desse modo, por ser um local já acessado por outros estudiosos, me senti mais à vontade em realizar uma incursão no grupo, já que esse seria meu primeiro contato com o "mundo cigano real", ou seja, aquele que não está preso nas páginas dos livros ou filmes, mas sim o de pessoas reais, com experiências e realidades particulares.

Pois é. Eu fazia e faço parte de uma sociedade que reproduz muitos preconceitos com relação aos povos ciganos e, conforme se sabe, diante das passagens desses grupos pelas cidades, o que predominava era o medo e a busca pelo distanciamento. Ana Paula Cichowicz (2011)², ao descrever as lembranças que a mesma tinha com relação aos grupos ciganos, traz uma representação que muito se assemelha aquela que tinha.

[...] Ora eram descritos como descendentes de Adão com outra mulher que não Eva... Ora como aqueles que forjaram os pregos que foram utilizados na crucificação de Jesus... Ora como seres mágicos e sobre-humanos. Enfim, juntamente com seres lendários como o saci-pererê, o lobisomem, o chupa-cabra, a mula-sem- cabeça, os vampiros e os extraterrestres; os ciganos faziam parte do meu imaginário infantil. – Não fique na rua até tarde menina, cuidado que os ciganos te levam embora... era um conselho dado pelos mais velhos e seguido à risca, afinal – pensava com meus botões – não fora o Pinóquio sequestrado por um cigano malvado chamado Stromboli. (ibidem, p.03)

Nesse sentido, ao decidir pesquisá-los, tive que relativizar e romper com as pré-noções que qualquer pesquisador tem diante do seu objeto de pesquisa, exercício utilizado e descrito por Bordieu (1999) e por tantos outros estudantes³, que se deparam com um campo estigmatizado e por vezes perpassado por relações densas, afinal, os não ciganos com quem conversava insistiam em me colocar medo, tentavam entender o motivo do meu interesse no tema e reforçavam uma representação social já conhecida por mim. Certamente o desafio foi vencido. Entrei

² O seu artigo traz uma rica reflexão ao analisar como os "rom-kalderash" no Brasil pensam a imagem estigmatizada que os envolve, bem como a importância desta para a construção da identidade do grupo frente os "brasileiros".

³ Ver também: WHYTE, William Foote. 2005 [1943]. Sociedade de esquina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

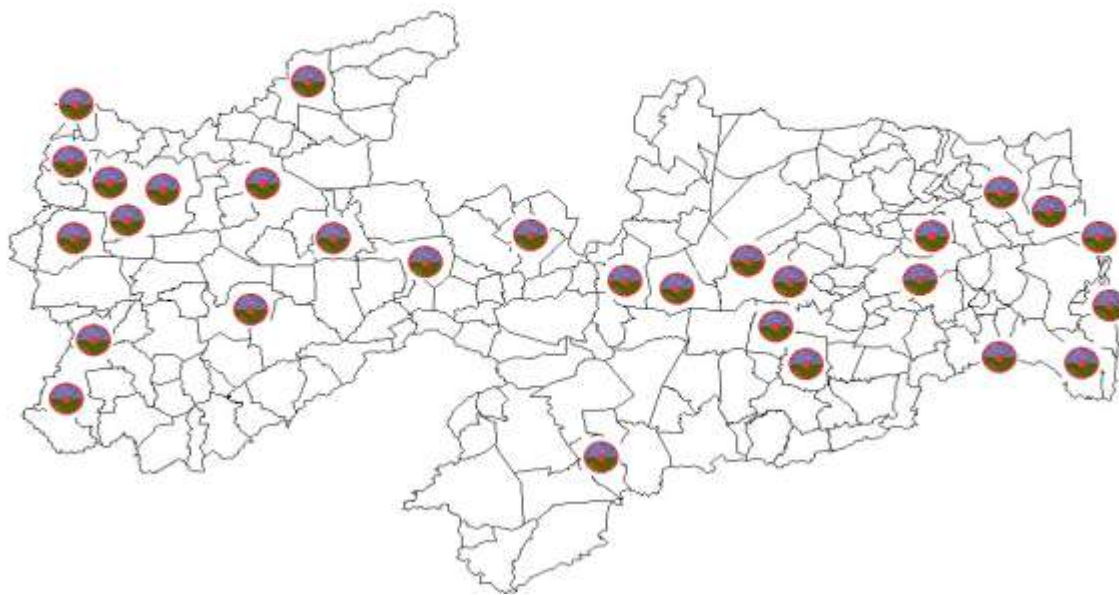
na comunidade e me apaixonei ainda mais pela temática, sobretudo, por me deparar com um cenário rico (o Estado da Paraíba) e ainda tão pouco investigado.

Conforme dito anteriormente, a comunidade cigana de Sousa desperta interesse de várias instituições e pesquisadores. Sem dúvida, tornou-se uma referência quando discute-se o universo cigano e para mim foi muito enriquecedor iniciar meus estudos pensando a temática que venho desenvolvendo na comunidade. Pois no local existem políticas públicas efetivadas, bem como uma grande circulação de “mediadores” que fazem a interlocução com o Estado. Ao mesmo tempo, percebi que esse conjunto de dinâmicas políticas também reverbera em outros grupos, não apenas no sentido de ações efetivadas, mas certamente no desejo de acessá-las. Concomitantemente, também me sentia curiosa em investigar a realidade de outros ciganos (famílias, grupos, comunidades), refletindo como eles estavam participando desse momento, onde esses grupos são chamados a demarcar sua identidade e mostrar que são quem eles dizem ser.

Percebi com o tempo uma rede não só de parentesco, mas também de lideranças ciganas que vinham se organizando na Paraíba e buscando reconhecimento para sua comunidade. Esse esforço vem nos permitindo acessar histórias e trajetórias de grupos que estão em outras cidades e futuramente mapear e caracterizar os diferentes contextos aqui existentes. Pois que até o momento, percebemos uma significativa presença de famílias ciganas na Paraíba, de 223 municípios que compõem o Estado, já sabemos que em 29 destes existem grupos que se são identificados como ciganos (mapa abaixo). São grupos que vivem em maior situação de pobreza e falta de acesso a políticas públicas, outros que parecem estar integrados a sociedade, há aqueles que só são reconhecidos quando há uma aproximação de situações econômicas, ou grupos seminômades e que praticam um novo modelo de nomadismo. Existem também aqueles que mesmo em processo de “fixação” continuam vivendo sua ciganidade, performatizando sua identidade cotidianamente. Lembrando que essas novas dinâmicas permitem a desestabilização

dos seus elementos diacríticos. Estes passam por processos que podem implicar em realce, manutenção, representação, afirmação, negação e estabilidade (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998), como sugere os autores que discutem o fenômeno étnico. Por isso os conteúdos culturais não devem ser entendidos como algo essencializado ou naturalizado, mas como uma cultura adaptada às condições sociais e políticas proporcionando armas para uma competição num mundo cada vez mais plural. (ATHIAS, 2007:42)

ESTADO DA PARAÍBA: MUNICÍPIOS



Mapa 1 - Cidades com a presença de Ciganos na Paraíba: Campina Grande, Cajazeiras, Condado, Conceição de Piancó, Congo, Bonito de Santa Fé, Divinópolis, Ingá, Itapororoca, João Pessoa, Juazeirinho, Livramento, Patos, Pombal, Mamanguape, Marizópolis, São João do Rio de Peixe, São Mamede, Santa Luzia, Santa Rita, Soledade, Triunfo, Lucena, Mamanguape, Cajá, Itapororoca, Esperança, Lagoa Seca, Lagoa Grande, Cajá, Guarabira, Alhandra, Sousa.

Fonte: Indicados a partir das pesquisas em Sousa e Condado.

Compreendemos também que as novas dinâmicas que vem sendo vivenciadas, são interessantes e merecem ser melhores avaliadas, sobretudo, se levarmos em conta trajetória dos grupos, bem como a forma como historicamente foram pensados e tratados. São novos processos sociais e políticos que, conseqüentemente, também geram novos modelos de relações, seja intragrupal, seja entre grupos, ou ainda, mediante o Estado Brasileiro.

Lembrando que o cenário de ativismo político, construído na Europa e na América do Norte, após a II Guerra Mundial (1939-1944) como destacado por Guimaraes (2012) e Sousa (2013), no Brasil, é um fenômeno recente. Pois recente é o engajamento de agentes políticos ciganos para que seus grupos sejam reconhecido como minoria étnica e tradicional, bem como a existência de mediadores que lidam com a questão/pauta cigana e fazem a intermediação entre Estado e grupo, além de orientá-los para os debates políticos. Entendendo por mediadores aqueles que,

[...] controlam as articulações ou sinapses cruciais das relações que ligam o sistema local ao todo mais amplo. Sua função básica é estabelecer relações entre os indivíduos orientados para a comunidade que querem estabilizar ou melhorar suas chances na vida, mas que não têm a segurança econômica e as conexões políticas, com os indivíduos orientados para a nação que atuam principalmente em termos das formas culturais complexas padronizadas. (OLIVEIRA apud WOLF, 2003)

Sem dúvida, esse fenômeno de conscientização e reorganização política, chama nossa atenção, uma vez que os ciganos por muito tempo permaneceram à parte das discussões políticas e até acadêmicas. A imagem extremamente negativa que os ciganos carregam, foi um dos fatores que os fizeram também preferir o "distanciamento". Aliás, em todo mundo, existe uma verdadeira aversão a cultura cigana. Na Europa, por exemplo, as perseguições foram e são constantes e o próprio nomadismo, pensado e indicado como elemento diacrítico pelo grupo, foi em muitos

casos a única saída para o não aprisionamento, nesse caso, a “parada” ou “fixação” nos espaços que hoje vivem, em muitos casos, se deu justamente a partir do apoio e proteção de políticos (os antigos coronéis), o que nos faz concluir que a migração se deu quando não foram aceitos.

[...] Os ciganos enfrentaram a escravidão também na Hungria e na Transilvânia, porém em melhores condições de vida do que na Moldo-Valaquia. Mesmo aí, entretanto, eles foram vítimas da seriedade governamental e da cólera popular, sob a alegação de que roubavam crianças, e de diferentes outros tipos de violações da lei, até mesmo de antropofagia, sendo castigados pelas autoridades de forma violenta. (SANT'ANA, 1983, p. 30)

[...] Perseguidos pelos nazistas com base na raça, muitos ciganos foram assassinados, esterilizados e torturados. Estima-se que cerca de 500 mil ciganos, tenham sido assassinados durante a 2ª Guerra, no episódio conhecido como Holocausto Romani, Parranjós (“a devoração”) ou Samudaripen/Sa Madaripen (“o assassinato de todos). Embora os ciganos já enfrentassem medidas persecutórias na Alemanha antes de 1933, a discriminação e a opressão foram muito intensificadas com os nazistas, culminando com o genocídio. (GUIMARAIS, 2012, p. 25).

Pensados como avessos a processos de desenvolvimento e colocados como empecilhos mediante projetos de modernização no Brasil⁴, foram quase sempre tratados como “outsiders” ou “forasteiros” (ELIAS, 2000) dos lugares que se fixavam.

⁴ Borges (2007) aponta que diante sua investigação a respeito do lugar dos ciganos no processo de modernização no Brasil percebeu que estes não fizeram parte desse momento que o país passou, sendo inclusive, tratados como obstáculo à “implementação” do projeto capitalista, logo a teoria determinista que aponta os ciganos como impossíveis de lidar com a modernização, ou ainda como destaca Moonen (1994) analisando os ciganos de Sousa como “grupos que estão presos num passado que impossibilita a sobrevivência diante do desenvolvimento” devem ser superadas, pensando assim em grupos dinâmicos, que não estão presos a um passado, mas que vivem em meio a processos.

Mais do que não partilhar dos valores e o modo de vida vigentes, diante dos ciganos, existe uma imagem de desviante, pois são classificados como impuros e, conseqüentemente, perigosos.

Não é difícil de ver como as crenças em poluição podem ser usadas num diálogo reivindicatório e contra reivindicatório de status. Mas ao examinarmos crenças de poluição descobrimos que os tipos de contatos tidos como perigosos também carregam consigo uma carga simbólica. Este é o nível mais interessante no qual as ideias de poluição se relacionam com a vida social. Acredito que algumas poluições são usadas como analogias para expressar uma visão geral da ordem social. (DOUGLAS, 2012, p. 14)

A ideia de que o gadje é impuro como decorrência de sua ignorância do código da vergonha engendra uma série de regras de controle e de evitação de contágio. "Linhas são traçadas entre ciganos e não ciganos, o limpo e o sujo, a saúde e a doença, o bom e o mal" (MILLER, 1975, p. 41).

O mundo gadje é ele todo fonte de perigo. (FERRARI, 2011, p. 61).

Durante nossa pesquisa, dificilmente ouvia um discurso que se desdobre numa valorização da cultura do grupo, ou ainda, que enalteça a presença dos mesmos na cidade que se fixaram. Estas características – depreciativas – para os não ciganos, aparecem como imutáveis e transmitidas através do sangue e, por isso, no senso comum, o indivíduo por ser cigano, está biologicamente destinado a apresentar determinados atributos e, conseqüentemente, desenvolver comportamentos desviantes. Lembrando que "Desvio não é uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele" (BECKER, 2008, p. 27). Portanto, podemos apontar o sangue como operador de identidades sociais que demarca diferenças, propiciando um processo diferenciação identitária, um movimento que como vemos é interno e

externo. Como afirma Albuquerque (2015), o sangue está estreitamente ligado com uma série de valores, qualidades morais e enquanto elemento submerso numa lógica da hereditariedade sinaliza demarcações hierárquicas, entre aqueles de “sangue ruim” - no senso comum os ciganos - e os que não tem o sangue ruim – evitam então o contágio.

Desde as revoluções democráticas do século XVIII, a igualdade no Ocidente tem geralmente se referido a direitos – direitos que eram considerados possessão universal dos indivíduos não obstante suas diferentes características sociais. De fato, a noção abstrata de indivíduo não era tão universalmente inclusiva como parecia. Acreditava-se que o indivíduo possuía, na descrição de Stephen Lukes, “um conjunto específico e fixo de características e tendências psicológicas” e isso funcionava para excluir aqueles que não se adequavam a este modelo (SCOTT, 2005, p. 16)

Devemos reconhecer também que os ciganos se mantiveram como “diferentes”, partilham do seu próprio sistema cultural, com valores próprios e sempre se colocam em oposição⁵ aos “brasileiros”⁶, evitando a mistura – os casamentos endogâmicos atestam esse quadro. Ao mesmo tempo, o esforço em mostrar que a presença destes no país é tão antiga quanto a sua formação, denota que querem ser reconhecidos como brasileiros, ou mais precisamente, como “ciganos brasileiros”⁷, uma indicação clara de que querem ser reconhecidos como sendo de algum lugar, neste caso, as cidades que se fixaram muitas vezes tornou-se o “lugar” para esses grupos, por isso, quando há a ida (realizar comércio, visita de

⁵ Ademais, sabemos que a identidade é construída a partir da oposição, ou mais precisamente, a partir do que não se é, no entanto, no caso dos ciganos.

⁶ Termo facilmente encontrado nas falas dos ciganos para identificar os não ciganos.

⁷ Frase bastante encontrada durante a pesquisa em Sousa e na cidade de Condado. Notemos que a categoria “cigano” aparece antes de “brasileiros”, o que demonstra que estes antes de tudo se pensam enquanto ciganos. Categoria construída externamente, mas adotada internamente por todos os indivíduos, por isso, seu caráter transnacional.

parentes, romarias) ela implica na volta, o movimento passa a ser cíclico: voltam para suas casas, suas barracas, seus ranchos.

Notemos que em 1574 já se tem notícias de ciganos que foram trazidos da metrópole portuguesa (PIERONI, 2006), a fim de que pagassem os crimes por eles cometidos. Como afirma Costa (1998, p. 36), é a legislação específica que nos permite conhecer que delitos eram esses. Pois que a rejeição e punição, adivinha, sobretudo, das suas tradições. O fato de serem nômades, a língua - gerigonça, como muitos não ciganos a chamavam – a leitura da sorte ou mais especificamente a “buena-dicha”, são alguns desses elementos historicamente reprimidos pelos governos e população. E mesmo quando houve fascínio e admiração, esses sentimentos esbarravam no preconceito, sendo as características depreciativas determinantes na relação cigano e não cigano. “São artistas, porém ciganos”⁸. Assim, nas conversas informais ou ainda diante das passagens de grupos pelas cidades, o que sempre predominou foi o forte estigma - como se observa na descrição feita por Isabel Borges, na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais.

A presença dos grupos ciganos, tanto na zona rural e, principalmente no perímetro urbano, eram acompanhadas com alarde pelos jornais, que começavam a tratar do assunto desde o primeiro indício da aproximação de algum grupo da cidade. As notícias demonstram uma marcante e progressiva intolerância à chegada destes nas proximidades de Juiz de Fora, seus distritos, e outras regiões próximas sendo muito comum o registro de acampamentos ciganos que se fixavam temporariamente nas localidades vizinhas, como Palmira, Ubá, Tocantins e Guarani, por exemplo, sempre sobre a vigilância dos jornais. (BORGES, 2007, p. 44)

⁸ Mello (2009) ao escrever acerca dos ciganos de Catumbi, mostra como essa associação – ciganos e artistas – foi forte no Rio de Janeiro, sobretudo, na época em que o Brasil era colônia de Portugal. O cenário indicado pelo autor, que também é demonstrado por outros pesquisadores, remete as “comemorações, em 1815, da elevação do Brasil à categoria de Reino Unido levaram ao Campo dos Ciganos não somente D. João VI e toda a Corte, mas até mesmo as delegações estrangeiras, para uma tarde e noite de dança e divertimento festivo” (2009, p. 83).

Sant'ana (1983) afirma que já no século XVIII os ciganos se faziam numerosos por todo o país. Atualmente, segundo as associações ciganas e representantes do Estado (SEPPIR), são aproximadamente um milhão de ciganos vivendo entre as cinco regiões do Brasil. Se pensarmos esses números em contextos mais globais, temos que nômades ou fixados, existem cerca de 10 milhões de ciganos em todo o mundo. Lembrando que, "os dados populacionais sobre os ciganos não são reflexos diretos de realidades demográficas ou identitárias, contrariamente, representam estimativas construídas a partir das diferentes agendas políticas" (SOUZA, 2013, p. 18). Portanto, é bem verdade que esses números podem variar, afinal, como afirma Moacir Locatelli (1981), os deslocamentos tão frequentes dificultaram e dificultam a realização de censos entre os grupos, além disso, a categoria "cigano" não está presente no censo brasileiro, sendo este outro ponto de muita discussão entre as lideranças ciganas, afinal, o forte cenário de preconceito e perseguição, produziu o camuflamento/ocultamento e, atualmente, para acessarem políticas sociais precisam se identificar como ciganos, o que gera uma dificuldade por parte desses indivíduos de se reconhecer e a partir daí enfrentar os desafios que a condição implica.

Segundo Moonen (2011:13), no contexto brasileiro, existem ao menos três etnias ciganas. Os Rom⁹ ou Roma que falam a língua romani, e são divididos em vários subgrupos - Kalderash, Matchuaia, Lovara, Curara entre outros, predominantes nos países balcânicos, mas que a partir do século XIX, migraram também para outros continentes. Os Sintî, mais encontrados entre a Alemanha, França e Itália, falam a língua sintó e ainda pouco identificados no Brasil. E os Calon ou Kalé que vivem entre Portugal e Espanha e falam a língua caló ou calé. Estes representam os "ciganos ibéricos" que através de processos variados, acabaram chegando a América do Sul. Compreende-se claramente uma maior predominância dessas famílias (Calon) no

⁹ Os ciganos pesquisados por Camilo (2011) apontam pertencer à etnia Rom. Estes falam o romanês e não reconhecem como ciganos legítimos os que dominam outras línguas. Ao mesmo tempo, estando no sertão Paraíba, se dizem parentes dos ciganos que estão em Sousa. E a identificação pode ser uma resposta a demanda feita pelos que entram em contato e querem classificá-los.

Brasil e quem nos permite acessar tal informação é justamente as etnografias que têm sido produzidas, bem como a forte presença de lideranças dessa etnia em encontros realizados no Brasil e que abordam a temática cigana.

Desse modo, a partir de 2011 intensificou-se o diálogo com o governo brasileiro e, os ciganos, por sua vez, tiveram em suas agendas políticas vários encontros, a fim de que os grupos pudessem organizar suas demandas e apresentá-las aos órgãos competentes do Estado. Está sendo muito interessante acompanhar os debates que vêm ocorrendo, seja de forma presente ou ainda através das observações dos meus interlocutores. Mais interessante ainda tem sido observar os desdobramentos dos debates nas próprias comunidades. Neste caso, a minha experiência em Condado, município da Paraíba, me faz refletir a atuação dessas lideranças e as relações de poder aí contidas, uma vez que estes agentes políticos são capazes de influenciar a estrutura social de “seu grupo”, incentivando para ação aqueles que estão menos interessados no “espetáculo da equipe”¹⁰.

Ciganos do mundo? Não. Ciganos DE Condado.

A “comunidade cigana de Condado”, como assim se identificam, está localizada cidade de Condado, sertão paraibano. Pensando acerca da trajetória do grupo, indicam o ano de 1991 como período de fixação no local, entretanto, não diferente de outras comunidades sedentarizadas na Paraíba, também afirmam que muitos já viviam acampados na cidade, sob a sombra das árvores, em fazenda de “amigos”¹¹. Até que através de um apoio político, houve a decisão de ficar.

¹⁰ Ver também Goffman (2009).

¹¹ A categoria “amigos” corresponde aos não ciganos que ofereciam apoio e auxílio ao grupo. Cunha (2013) cita que na época das “andanças” muitos ciganos ao chegar nas cidades apresentavam cartas de recomendação de políticos e coronéis que detinham, fruto das relações de confiança que foram sendo instauradas ao longo do tempo. O objetivo era que a estadia fosse aceita pelos não ciganos que viviam no local.

Já faz mais de vinte anos que moramos aqui, nossos filhos são natural da cidade, já houve vários casamentos e batizados na paróquia da cidade de Condado. Em 1972, meus avós já se arranchavam por aqui, no sítios, nas fazendas. (Cigana M.A., janeiro de 2014).

O número de ciganos que vive no local, segundo a liderança da comunidade, é de 130 pessoas, porém, muitos ainda praticam o nomadismo, sendo frequente as viagens para que os homens realizem suas trocas e para que as mulheres, por sua vez, possam oferecer a leitura do baralho de cartas¹². Durante a pesquisa de campo, percebemos que é comum algumas casas estarem fechadas, já que seus moradores estariam fazendo esse tipo de deslocamento. Afinal, a pequena população de Condado, parece não abrir mais espaços para que os ciganos façam seus negócios, neste caso, a fonte de renda do grupo, além de poucas aposentadorias e outras políticas sociais (bolsa família, bolsa escola), advém, sobretudo, de relações comerciais com pessoas de fora da cidade. Todo esse cenário acaba por revelar esse novo modelo de nomadismo, como citado anteriormente, movimento que não ficou no “tempo de atrás”, mas que se ressignificou e, atualmente, ocorre de forma cíclica, implicando na ida e na volta para um/seu lugar.

Ainda durante a pesquisa, realizamos um rápido censo, no qual verificamos a presença de 79 ciganos, sendo a sua maioria crianças e jovens. Diferentemente do cenário de Sousa, o grupo reside em casas distribuídas entre os cinco bairros da cidade. Além disso, a maioria das casas são alugadas o que permite que haja um constante deslocamento interno. E mesmo quando são próprias, ou seja, quando construíram ou conseguiram adquirir, é comum a sua venda, para que assim se compre outra e se tenha algum lucro.

¹² A quiromancia quase não é mais praticada entre o grupo, com exceção da cigana Margarida, que todos os dias vai à cidade de Patos, realizar a leitura de mãos.

Antes da fixação em Condado, o grupo era chefiado pelo Sr. Calon¹³, que por motivos pessoais saiu de Condado em 1998 e ainda hoje pratica o nomadismo, percorrendo várias cidades e regiões no Nordeste. Desse modo, após sua saída, e sem nenhuma chefia no local, sua filha, a cigana M. J., afirma que percebeu o acesso de algumas comunidades ciganas com relação às políticas sociais, enquanto que a sua, permanecia à parte das discussões, não sendo reconhecida enquanto uma minoria étnica e, por isso, não acessando políticas destinadas aos povos e comunidades tradicionais. Diante disso, a jovem cigana percebeu que a formação de uma associação, poderia ser um meio útil de buscar reconhecimento para sua comunidade, uma vez que o movimento indígena, as chamadas comunidades remanescentes de quilombo, bem como outras minorias, estavam se organizando e conseguindo espaço no cenário político.

A partir desse contexto é que se idealizou e, posteriormente, foi criada a Associação Comunitária dos Ciganos de Condado- ASCOCIC. Registrada em 29 de junho de 2010, a associação não possui sede própria e por dois anos não foi utilizada pelo grupo. Os próprios moradores da cidade não sabiam de sua existência. Com uma direção composta por membros da família de M. J., a instituição não foge das características contidas em outras associações do Brasil, já que é formada por unidade familiar que busca acesso e reconhecimento cultural para seu grupo.

No Estado da Paraíba, além da ASCOCIC, existem outras três associações, que assim como em Condado, se desenvolveu a partir de dois pontos: Mediante um cenário de perseguição e discriminação; e com a conscientização das dinâmicas políticas e sociais externas ao grupo, ou seja, a partir do reconhecimento de que há algumas ações sendo realizadas em prol das comunidades tradicionais e étnicas, mas que para serem acionadas é necessário que haja um engajamento por parte dos próprios atores sociais.

¹³ Nome fictício, pois não tenho autorização de divulgá-lo.

Conforme dito anteriormente, sabe-se que o ativismo político por parte de alguns grupos ciganos – os Rom ou Roma são os mais atuantes - é um fenômeno antigo na Europa, sendo inclusive objeto de estudo de vários pesquisadores¹⁴. Marcos Guimarães (2012) vem discutindo as organizações internacionais ciganas e afirma que estas visam unir os grupos num movimento transnacional. A União Romani Internacional criada na década de 1970, por exemplo, desde o Primeiro Congresso Mundial em 1971, busca reforçar a ideia de uma nação cigana, ultrapassando as fronteiras nacionais e construindo campos sócio-políticos transnacionais. De um modo geral, segundo Guimarães, esses movimentos, mesmo com um trabalho ainda incipiente, vêm organizando conferências e encontros a fim de discutir e denunciar questões importantes para todos os ciganos, como as perseguições, as reparações e, de um modo geral, temas como educação, padronização do romanês, entre outros.

A partir da década de 50, após o período da Segunda Grande Guerra, algumas organizações ciganas se formaram na Europa (especialmente na Alemanha) com o objetivo, entre outros, de obter reconhecimento dos governos internacionais e ressarcimento para as vítimas do holocausto, como os judeus. Mas, é apenas a partir de 1960 que estas organizações passam a representar alternativas políticas de ação na dimensão internacional (FAZITO, 2000, p. 140).

No entanto, no Brasil, o ativismo político aparenta ser muito mais local (como no caso da ASCOCIC) do que nacional ou transnacional. A primeira ONG cigana

¹⁴ Estuda-se também a tensa relação entre Estado e grupos ciganos na Europa, ademais, o cenário de perseguição não é camuflado, nem indireto, contrariamente, as políticas de expulsão de Nicolas Sarkozy demonstram quão agressivas são essas ações. Dentre tantos, podemos destacar o artigo de Alexandra Castro intitulado "Ciganos e desigualdades sociais: contributos para a inflexão de políticas públicas de cariz universalista" e o de Tommaso Vitale, intitulado "Sociologia de contextos locais contra os Rom e os Sinti em Itália. Pluralidades de contextos e variedades de instrumentos políticos.

brasileira foi o Centro de Estudos Ciganos, criada em 1987 e sediada no Rio de Janeiro. A instituição, presidida por M. V., foi extinta em 1993, porém antes mesmo do encerramento de suas atividades, M.V. criou outra associação, que como relatado por Moonen (2012) apesar de o nome indicar a abrangência a um cenário nacional, não representa os ciganos de todo o país, mas sim uma unidade familiar. É interessante notarmos que após a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve a abertura de muitas associações ciganas e não ciganas, visando, entre outros aspectos, promover eventos culturais, mediar o acesso às políticas públicas, além da constante preocupação com os direitos básicos dessas comunidades. São elas:

Associação de Preservação da Cultura Cigana, no Paraná; Associação Brasileira dos Ciganos no Paraná; Centro de Estudos e Resgate da Cultura Cigana, em São Paulo; Coletivo de Ciganos Calon do Brasil, em São Paulo; Phralipen Romani – Embaixada Cigana do Brasil, Associação de Apoio e Divulgação da Cultura Cigana de Ribeirão Preto. Recentemente surgiram a Associação Cigana da Etnia Calon do Distrito Federal, o Centro Calon de Desenvolvimento Integral, em Sousa/PB, a Associação dos Ciganos de Pernambuco, no Recife, além de outras ONGs mais. (MOONEN, 2012, p. 11)

Nesse cenário, configura-se também a mobilização de algumas mulheres, como a cigana M. J., que vem ultrapassando várias barreiras à elas perpetradas historicamente, emergindo na hierarquia social de seu grupo. Com isso, não estamos dizendo que existe um movimento de caráter feminista entre os ciganos, afinal, essas mulheres há todo momento buscam fortalecer o sistema simbólico de seus grupos, reforçando inclusive as relações entre gêneros e o poder masculino mediante suas decisões. No entanto, diante um universo cigano mediado por homens, é importante questionar como está sendo construído esse ativismo, bem como ele é percebido nas comunidades. Já que agora são ouvidas e instadas a participarem da luta em prol do povo cigano. Sabe-se então que nesse universo, as relações são quase sempre

mediadas por homens, sendo em sua maioria, os mais idosos. Esses são os que trazem consigo as experiências e lembranças do “tempo de atrás”, como indicado por Goldfarb (2004), sendo chamados a liderar e conduzir o grupo, mesmo no período pós-nomadismo. Porém, é importante que se diga que mesmo não pretendendo quebrar ou questionar o sistema patriarcal tão característico, como nos aponta M. J., ao se tornar uma liderança e ser reconhecida pelo grupo como tal, quebra-se uma hegemonia, a cigana passa a exercer um poder capaz de controlar e articular ‘seu’ grupo no acionamento de uma identidade coletiva.

É Deus no céu e M. J. na terra. O que ela disser, *tá* dito. Pode confiar. Ela vem lutando pelo nosso povo. (Cigano J., Condado)

Ela *tá* tentando trazer umas melhorias pra gente. Aqui *somu* tudo pobre. (Cigano B., Condado)

Ela é quem *tá* fazendo tudo, buscando melhorias. Foi ela quem quis e assim *tá* tentando fazer. (Cigana G., Condado)

Além disso, notemos que há também uma atuação por parte dos mais jovens, o que vem representando um forte movimento já indicado por outros autores¹⁵. Robson Siqueira (2012), ao pesquisar a mobilização política dos ciganos em Sousa, afirma que há entre estes um sentimento de que são o futuro da comunidade. O maior interesse é de garantir formação, emprego e renda, ou mais precisamente, “engajar o jovem cigano em atividades construtivas, de modo que não haja perigo de envolver-se com atividades ilícitas, principalmente no que concerne ao consumo de drogas.” (2012, p. 98). De certa forma, organizar os jovens numa associação permite

¹⁵ Cunha (2013), também vem discutindo o tema, pensando que existe dois tipos de lideranças na comunidade, aquela tradicional, exercida pelos mais idosos e que são responsáveis pelo grupo internamente, e a política, aquela que exterioriza as demandas e exerce seu papel para fora do grupo, representando e negociando em prol do coletivo.

que estes tenham uma representação direta com os agentes externos. Percebe-se assim uma mudança, sobretudo, nas demandas reivindicadas, pois que a um maior interesse de conhecimento e profissionalização, ao contrário dos mais idosos, quase sempre demandando remédios e comida.

Esse cenário a muito se assemelha ao discurso que M. J. articula tanto em nossas conversas informais, como quando é inquirida a discorrer com outras lideranças e representantes do Estado, acerca de “sua” comunidade. A comunidade de Sousa parece ser sua maior referência, pois as melhorias alcançadas pelo grupo que ali vive, claramente a faz organizar suas demandas e mobilizações. O fato é que após saber da construção e efetivação do Centro Calon de Desenvolvimento Integral em Sousa, o local passou a ser mais uma reivindicação por ela apresentada. Sua intenção é ter um lugar para realizar as reuniões da associação, os cursos profissionalizantes que lhes estão sendo ofertados e os tradicionais festejos comemorados pelo grupo, ou seja, a ideia é ter um espaço de sociabilidade. Além disso, e aqui temos um ponto muito importante, a cigana apresenta uma demanda até agora não percebida, ao menos na Paraíba. Pois diante da situação atual de seu grupo, existe o desejo de conseguir uma área na cidade (um território), para que assim possam construir suas casas. Para M. J., morando todos espacialmente próximos, num mesmo ambiente, haverá maior união e coesão. Nesse sentido, a demanda por um território surge como uma pauta nova e bastante distinta daquela que costumamos associar ao mundo cigano. Conforme já discutido, são caracterizados, sobretudo, pelo nomadismo e pela ideia do não lugar. Logo, a medida em que se avança na discussão das políticas públicas, percebe-se também a complexidade destes grupos, como é destacado por Mello & Silva (2008), pois pensando os novos sujeitos políticos, os que parecem desafiar mais a mente dos que formulam as políticas públicas, são os ciganos, estes “traziam uma demandas qualificada e surpreendente, sobretudo por sua inusitadas formas de organização e

de associação, por sua rápida capacidade de mobilização e por sua expressiva articulação internacional, de toda inesperada para o staff do Ministério”.

Por conseguinte, precisamos analisar de modo mais profundo a concepção que esses indivíduos têm com seu espaço e a reelaboração e ressignificação da sua cultura, especialmente, porque pensamos ser o território um elemento historicamente importante na configuração dos grupos étnicos. Assim, é necessário que se discuta como os grupos ciganos lidam com a questão, pois até o momento me parece que a demanda por um território se configura de modo distinto daquela apresentada pelo movimento indígena e quilombola. Mesmo se afirmando enquanto cidadãos de Condado, o discurso pela cigana apresentado, nos remete a um espaço ainda não ocupado e não determinado, que não é pensando a partir de sua ancestralidade, e sim um espaço de reprodução cultural, social, econômica e política.

O “se enfeitar” de cigano

Como se sabe, as etnografias têm nos permitido adentrar nas particularidades de cada grupo, o que se torna bastante interessante, sobretudo, porque tais fatos nos remetem a vários “universos ciganos”. Ademais, como o próprio conceito de etnicidade indica, os grupos étnicos são formas de organização social de uma coletividade, aliada, em muitos casos, a processos de fixação em cenários distintos. E, conforme dito, não sendo avessos a processos de desenvolvimento e integração, puderam também compartilhar seus costumes com os moradores das cidades (a leitura de mãos, o jogo das cartas, as roupas ciganas, as músicas, entre outros aspectos) e incorporar outros valores e práticas (escolas, outras formas de trabalho, casas, entre outros).

A diáspora e a relação direta ao fenômeno de nomadismo pelo qual passaram e passam alguns grupos ciganos, propiciou inúmeros contatos interétnicos e adaptações às condições espaço-temporal, tornando as suas

identidades construídas a partir de conjuntos de sinais diacríticos ambíguos, mostrando que não existe uma identidade única entre os ciganos. (MELO, 2008, p. 108)

Como vemos, em suas trajetórias muitos desses ciganos ocultaram sua identidade e num movimento bastante atual alguns grupos e famílias, passaram a performatizá-la, permitindo assim que se identifique uma identidade. Afinal, atualmente, lutam para serem reconhecidos enquanto um grupo tradicional e étnico, acionando não apenas os elementos culturais, mas, principalmente, aqueles que são reconhecidos enquanto “elementos de sua ciganidade”. Destaca-se então que nas ‘situações de contato’, ou nos campos de ação, existem traços que são reconhecidos e, portanto, definidores da identidade étnica. Com isso quero dizer que num grupo há um conjunto de elementos que operam como marcas culturais (CUNHA, 1986). Lembrando que “ciganidade”, apesar de ser um termo utilizado por alguns autores, entre eles o Dimitri Rezende (2000), no contexto de nossa pesquisa, surge como uma categoria nativa, empregada no sentido de evidenciar aqueles elementos essencializados de sua cultura.

Daí durante nossa inserção nos grupos estudados ser comum ouvir o “se enfeitar de cigano”, pois sabemos que existe uma performance que se desdobra numa linguagem que informa uma situação. Enfeitam-se a partir dos elementos que consideram como associados a sua cultura para se afirmar e informar nas fronteiras.

Vamos se enfeitar, usar nossa fantasia. As roupas coloridas, o brilho, os brincos e o batom bem vermelho. O cabelo tem que ser solto, ajuda no movimento. Adoro tá fantasiada e mandei fazer pra um monte de ciganinha aqui. Tem de toda cor, é pra chamar atenção mesmo. Quero que vejam a gente de longe, brilhando, como um raio de sol. (Cigana M. J., novembro de 2014)

Como linguagem (contido aí está seu caráter discursivo), a etnicidade é um instrumento eficiente para conquistas de espaços – Weber (1922), Cunha (1986) - e por isso é utilizada a partir de interesses comuns, “não supõe limites espaciais bem delimitados, nem unidades em termos de código de orientação cultural, mas somente que sejam partilhados determinados padrões de interação no comportamento cotidiano dos indivíduos uns para os outros” (OLIVEIRA FILHO, 1988, p. 40). Nesse sentido, compreendemos que o grupo de Condado tem decidido demarcar de forma estratégica sua identidade e para serem reconhecidos – em contextos sociais e políticos - enquanto membros de uma coletividade e portadores de uma cultura ativam e recuperam, muitas vezes, características “essencializadas” para se afirmar. Essa objetivação da identidade étnica ocorre mediante um processo em que temos a presença de diferentes grupos culturais com interesses políticos em um mesmo contexto, como bem indicou Cohen (1974), nesse caso, são acionados os “símbolos étnicos”: o parentesco, a linguagem, um compartilhamento de um passado, mas, no contexto de nossa pesquisa, poderíamos evidenciar outros: vestimentas sempre coloridas e que trazem movimento, os dentes de ouro ou platina, os cabelos longos, cordões e pulseiras, o chapéu, a música, o tom da fala, a língua, entre outros aspectos, são então responsáveis pela criação de uma objetividade que se impõe sobre a experiência cotidiana dos grupos e indivíduos.

Quando fixados e não mais portando aqueles traços característicos de uma essencialidade enfrentam muitos desafios quando acionam ou demarcam sua identidade, justamente pela dificuldade que ainda persiste em considerar esses indivíduos como sujeitos ativos e criativos no sentido de que são capazes de reconstruir e reelaborar sua identidade, sem deixar de ser quem eles dizem e querem ser. No caso por mim estudado, passando a se reconhecer enquanto ciganos “de” Condado, praticar o nomadismo como no “tempo de atrás” passa a não fazer mais sentido na organização social do grupo, mesmo se deslocando, como dissermos anteriormente, a ida implica na volta. Por conseguinte, “não há a possibilidade de

estagnação nos materiais culturais, porque eles estão sendo constantemente gerados, à medida que são induzidos a partir das experiências das pessoas” (BARTH, 1995, p. 17). Por isso, devemos ter em mente que a identidade é construída e reconstruída através da experiência, já que o próprio processo de fixação e porque não dizermos de territorialização¹⁶, mais do que organizar uma coletividade, igualmente reestrutura suas formas culturais. Portanto, é o compartilhamento de um mesmo passado (mesmo que seja um passado coletivo, não vivenciado, mas sentido), independente do presente que lhes permite ser e se dizer ciganos. Além disso, volto com uma questão aqui já citada, mas que me parece como fundamental para os ciganos que venho pesquisando, pois para além dessa caracterização essencializada que vem sendo criada ou recuperada, é cigano quem nasce cigano, não há possibilidade de torna-se, o sangue é uma marca de pertencimento que define os que são e aqueles que não. É quem carrega a identidade, é quem transmite valores e é o responsável por sua origem.

Somos ciganos porque já nascemos assim. Tenho sangue, não adianta, porque sou cigano de mãe e pai. Nossa origem, nosso sangue, nosso avô, nós nunca vai perder isso. A gente não perde, nós somos sempre ciganos, isso não tem como perder, os filhos que nem nasceram já são, porque eu sou, entendeu? (Cigano Jo. Condado, agosto de 2015)

Agradeço todos os dias a Deus por em minhas veias correr sangue cigano, por me deixar voar com minhas saias através da dança, por ter respeito e amor pelos meus familiares (traço marcante de nossa cultura), por ter me dado o amor da minha vida, o cigano mais lindo do mundo (risos). Por ter dado ao meu povo uma língua própria que aprendemos com tanta

¹⁶ Nesse sentido, “a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado.” (OLIVEIRA FILHO, 1988:55, grifo nosso)

naturalidade, agradeço a Deus por ter me feito cigana e se 10 vidas eu ainda tivesse em todas não negaria meu sangue. Portanto, não existe um só aspecto que considere o mais importante, mais sim tudo na cultura me encanta e é de extremo valor. (Cigana Flor., Sousa, janeiro de 2015)

Para concluir, algumas observações

Bem, nesses processos de construção e afirmação de sua identidade coletiva em arenas políticas é importante que se diga que não há um engajamento de todos os atores sociais. Em Condado, por exemplo, é um movimento, sobretudo, dos mais jovens, aqueles que com os processos de fixação na área urbana da cidade acessaram a escola, são alfabetizados e de certa forma estão inseridos em outras dinâmicas sociais. Sabe-se que esse movimento de emergência étnica, organizada e mobilizada em grande medida pelos agentes políticos, busca envolver todos os indivíduos com suas culturas e identidades particulares. Segundo a liderança dali, o que se desdobra num grande desafio. É uma relação de poder, que como nos indica (BARTH, 1995), consiste no controle, silenciamento e apagamento das experiências pessoais que, por ventura, fujam ao modelo cultural reificado. Logo, destacamos a atuação dessas lideranças ciganas que agem diretamente na vida dos indivíduos controlando minuciosamente seus gestos, suas atitudes, hábitos, comportamentos, bem como os discursos que são por eles enunciados (FOUCAULT, 1979). Os incentiva para a performance – uma performance cigana - para que assim possam ser reconhecidos enquanto tais.

Estamos então afirmando a “dimensão política como elemento primordial de fortalecimento étnico” (OLIVEIRA, 2013, p. 45). O ativismo político desenvolvido pelas lideranças comunitárias tem sido o agente principal nos processos que envolvem a manutenção e a reconstrução da identidade étnica do grupo cigano que vive em Condado. O que vem possibilitando o reconhecimento por parte do Estado enquanto minoria étnica, garantindo-lhes não apenas o acesso a políticas sociais, mas,

sobretudo e, de um modo mais amplo, a inserção da identidade cigana na pauta de discussão do governo federal, atenuando assim um histórico de invisibilidade e injustiças.

Referências

- ALBUQUERQUE, Carolina B. **Entre "índio", "caboclo-brabo" e "doido"**: pensando identidade e estigma no cotidiano de um município. Artigo apresentando na REA/ABANNE, 2015.
- ATHIAS, Renato. **A Noção de Identidade Étnica na Antropologia Brasileira** – De Roquette Pinto a Roberto Cardoso de Oliveira. Recife: Editora da UFPE, 2007.
- BATISTA, Mércia Rejane Rangel. CUNHA, Jamilly Rodrigues da. DONATO, Izabelle Brás. DANTAS, Caroline Leal. MEDEIROS, Jéssica Cunha de. **O papel de um jornal paraibano na construção da imagem dos ciganos**. Trabalho apresentado na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia. 2012.
- BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- _____. **Antropolítica**: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política. n. 1 (2. sem. 95). Niterói: EdUFF, 1995.
- BORGES, Isabel Cristina M. M. **Cidades de Portas Fechadas**: A intolerância contra os ciganos na organização Urbana na primeira república. Mestrado em História, UFJF, Juiz de Fora, MG, 2007.
- CASTRO, Alexandra. **Ciganos e desigualdades sociais**: contributos para a inflexão de políticas públicas de cariz universalista. Forum Sociológico [Online], 2010.
- COHEN, Abner. **Urban Ethnicity**, First Edition, Tavistock, London, 1974.
- FIALHO, Vânia. **Déjà Vu**: Intolerância e Preconceito na Europa. Revista Algo Mais – Pernambuco – seção Opinião GAJOP – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares, 2010.

CASA-NOVA, Maria José. **A relação dos ciganos com a escola pública**: contributos para a compreensão sociológica de um problema complexo e multidimensional. INTERACÇÕES, n.. 2, PP. 155-182, Portugal, 2006.

CICHOWICZ, Ana. **Nossa língua é a nossa pátria**: a construção dos sujeitos cigano-rom-kalderash através das estórias de viagens.. In: IV SEMINARIO INTERNACIONAL POLITICAS DE LA MEMORIA Ampliación del campo de los derec.hos humanos. Memoria y perspectivas", 2011.

COSTA, Elisa Maria Lopes da. **O povo cigano e o degredo**: contributo povoador para o Brasil colônia. Revista Textos de Histórias, Vol. 6 nº 1 e 2, 1998

CUNHA, Jamilly R. **Sendo cigano e estando em Sousa**: discutindo os modos de ser após 30 anos de "parada". Monografia de Bacharelado em Antropologia. Unidade acadêmica de Sociologia e Antropologia. UFCG, 2013.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil**: Mito, Historiografia, Etnicidade. 1 ed. São Paulo: Editora Brasiliense/Edusp, 1986.

CHINA, José de Oliveira. **Os Ciganos do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial. 1936.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes. **O "tempo de atrás"**: um estudo da identidade cigana em Sousa: PB. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) - UFPB CCHLA PPGS.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

GUIMARAIS, Marcos Toyansk Silva. **O associativismo transnacional cigano**: Identidades, diásporas e territórios. Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012.

MELO, Erisvelton Sávio Silva de. **Sou cigano sim! Identidade e representação**: uma etnografia sobre os ciganos na região Metropolitana do Recife-PE / Erisvelton Sávio Silva de Melo. – Recife: O Autor, 2008.

MELLO, Marco Antônio da Silva. & VEIGA, Felipe Berocan. **Os Ciganos e as Políticas de Reconhecimento:** Desafios Contemporâneos. PPGA/ICHF-UFF e LeMetro/IFCSUFRJ, 26º RBA, 2008.

MOONEN, Frans. **Anticiganismo:** os ciganos na Europa e no Brasil. 3ª ed. Recife. 2011.

_____. **Ciganos Calon no sertão da Paraíba, Brasil, João Pessoa:** PR/PB (1994 em Cadernos de Ciências Sociais 32, João Pessoa: MCS//UFPB) (editora do autor)

_____. **Rom, Sinti e Calon.** Os Assim chamados ciganos. Núcleo de Estudos Ciganos. Recife, 1999

OLIVEIRA, Kelly. **Diga ao povo que avance!** Movimento indígena no Nordeste. Recife, PE. Ed. Massangana, 2013.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **“O nosso governo”:** os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1988.

_____. **“Uma etnologia dos ‘índios misturados’?** Situação Colonial, territorialização e fluxos culturais”. in OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). A Viagem da Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração cultural no Nordeste Indígena. 2 a. Ed. Rio de Janeiro, Contra Capa. 2004.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social.** São Paulo, Pioneira. 1976.

_____. **Os descaminhos da identidade.** RBCS. Vol. 15 nº42. 2000.

PEREIRA, Cristina da Costa. **Povo Cigano.** Rio de Janeiro, 1986.

PIERONI, Geraldo. **Vádios e ciganos, heréticos e bruxas:** os degredados no Brasil - colônia. Rio de Janeiro, Bertrand, Brasil, 2002.

POUTIGNAT & STERIFF-FENART. **Teorias da Etnicidade.** Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. De Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1988.

REZENDE, Dimitri Fazito. **Transnacionalismo e Etnicidade** – A construção simbólica do Romanesthàn (nação cigana). Dissertação do Mestrado pela Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

SANT'ANA, Maria de Lourdes. **Os ciganos**: aspectos da organização social de um grupo cigano em Campinas. São Paulo: FFLCH/USP, 1983.

SIQUEIRA, Robson de Araújo. **Os calon do município de Sousa – PB**: Dinâmicas ciganas e transformações culturais / Robson de Araújo Siqueira. Recife: o autor, 2012.

SOUZA, Mirian Alves de. **Ciganos, Roma e Gypsies**: projeto identitário e codificação política no Brasil e Canadá. Rj – Niterói. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia) – UFF PPGA.

WEBER, M. **Economy and Society**. Los Angeles: University of California Press. (1978 [1922]).